



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
Rua Major Antônio Cardoso, 520 - Fone (55) 3359 – 2076  
CEP: 97.900-000. CERRO LARGO/RS.  
camaracel@gpsnet.com.br

**EXPEDIENTE N.º 015/09**

CERRO LARGO, RS, 23 JUNHO DE 2009.

Exmo. Sr.  
ADAIR JOSÉ TROTT  
Prefeito Municipal  
**CERRO LARGO - RS**

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e na oportunidade passamos a transcrever as decisões tomadas por este Poder Legislativo, na Reunião Ordinária, realizada no dia 22 do mês de junho de 2009, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Orgânica do Município, na sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Largo, RS, onde foi desenvolvida a seguinte **ORDEM DO DIA**:

Foi concedido espaço ao Secretário Municipal de Saúde, que apresentou Relatório de Gestão do 1º trimestre de 2009 – parte financeira. Conforme convocação solicitada pelo Vereador Paulo Kipper, o Sr. Ranieri Tonim respondeu a questionamentos referentes a área da saúde no município.

#### **MATÉRIA DE ORIGEM DO PODER EXECUTIVO**

**OF. N.º 220/2009:** Encaminha resposta aos Pedidos de Informações constantes nos Expedientes n.º 011/2009 e 013/2009.

**MENSAGEM N.º 038/2009:** Encaminha Projeto de Lei n.º 038/2009.

**PROJETO DE LEI N.º 038/2009:** Autoriza o Município de Cerro Largo a firmar contrato de locação com a Mitra Angelopolitana (Diocese de Santo Ângelo), e dá outras providências.  
***Aprovado por Unanimidade.***

**MENSAGEM N.º 040/2009:** Encaminha Projeto de Lei n.º 040/2009.

**PROJETO DE LEI N.º 040/2009:** Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 1.809/2004 - REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, e dá outras providências. ***Em estudos.***

**MENSAGEM N.º 042/2009:** Encaminha Projeto de Lei n.º 042/2009.

**PROJETO DE LEI N.º 042/2009:** Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial.  
***Aprovado por Unanimidade.***

**MENSAGEM Nº 044/209:** Encaminha Projeto de Lei nº 044/2009.

**PROJETO DE LEI Nº 044/2009:** Estabelece normas para a restituição de valores ao município referentes à contrapartida do programa “Carta de Crédito FGTS”, e dá outras providências. ***Aprovado por Unanimidade.***

### **MOÇÕES ESCRITAS:**

**BANCADA DO PMDB, PT E PPS:** Proposição de Decreto Legislativo com o objetivo de reduzir temporariamente o orçamento do Poder Legislativo com o fim de destinar tal recurso para a infra-estrutura do hospital comunitário. ***Em estudos.***

### **COMUNICAÇÕES VERBAIS DOS VEREADORES**

*(correção a cargo dos autores)*

**VER<sup>a</sup>. SARA SCHER:** “Sr. presidente, colegas vereadores, funcionários e público presente. Inicialmente vou me referir a mais um evento da educação ocorrido no último sábado e parabenizar direção, professores e alunos da escola Eugênio Frantz envolvidos na AMOSTRA DE CULINÁRIA E CONCURSO DE CULINÁRIA E CHÁ, um projeto que desenvolve responsabilidade, trabalho em equipe, cooperação, oratória, pesquisa, postura frente ao público e outros aspectos importantes na faixa de Ensino Médio. Como mãe, professora e cidadã espero ver iniciativas como esta se repetindo. Na seção de hoje esteve presente o Secretário Municipal de Saúde apresentando relatório e ficamos gratificados pelo fato de perceber investimentos na saúde, sendo que até o final do semestre a administração irá investir 17% do orçamento em saúde. Inclusive teremos mais um PSF na área da Expocel, projeto este já aprovado na seção passada. Quero destacar uma colocação feita pelo Secretário: “nós e muitos municípios não somos secretaria de saúde e sim secretaria da doença, por isso estamos investindo e queremos investir cada vez mais em prevenção”. Concordo, este é o caminho e isso pode ser investido dentro do município diminuindo a chamada “ambulâncioterapia” que é um mal necessário mas precisa ser diminuído. Na exposição do Secretário o vereador Paulo Almeida novamente questionou a saída da médica Andréia que atendia no Bairro Brasília, está claro que foi a própria profissional que pediu para sair, pediu demissão e o atendimento não podia parar, houve nova contratação, pergunto ao referido vereador se a polêmica ainda existe, tem algum problema no atendimento atual? Vamos lutar pela contratação de mais médicos sempre, sem bater em fatos passados. Quero também fazer uma referência ao Secretário Municipal da Fazenda que merece ser lembrado pelo empenho frente a administração, hoje foi depositado de forma antecipada o 13º salário do funcionalismo, o secretário articulou as negociações inerentes aos investimentos para a UFFS de forma competente, esta semana, mais precisamente hoje foi acertado o aluguel do Seminário, nesta discussão o vereador Paulo Almeida achou conveniente ser porta-voz da Igreja Católica, puxando inclusive ganchos da religião, uma conveniência política, sou de família tradicional católica, respeito a Instituição Igreja, mas não se mistura crença e religião, penso que é hora de todos se unirem, se a cidade de Santo Cristo deu o telhado para o Seminário como disse o vereador Paulo e outros municípios ajudaram e Cerro Largo contribuiu em torno de 20%, a Universidade é regional e é dos outros municípios também, e não desmerece o fato de ser patrimônio construído pela comunidade. Aprovei mas continuo achando este aluguel alto, pois além deste valor tem toda a manutenção. O vereador Paulo Almeida misturou valorização da religião com este projeto tentando colocar alguns vereadores contra a Igreja, mas foi muito infeliz. O decreto legislativo apresentado hoje pelas bancadas do PMDB, PT e PPS é oportuno no sentido de lembrar que precisamos chamar a atenção para a construção do hospital,

ultimamente o foco é a Universidade, mas as forças regionais devem buscar continuamente recursos para este grandioso e importante projeto, mas o decreto legislativo merece muita discussão na sua legalidade e outros aspectos, precisamos cautela. Obrigada pela atenção.”

**VER. PAULO KIPPER:** O Vereador solicitou que em seu pronunciamento fosse publicada a íntegra da proposição de Decreto Legislativo apresentado pelas bancadas do PMDB, PT e PPS, conforme segue: “PROPOSIÇÃO DE DECRETO LEGISLATIVO. OBJETO: - Redução temporária do orçamento do Poder Legislativo; -Destinação de recursos para infra-estrutura hospitalar. As bancadas do PMDB, PT e PPS, preocupadas com a imagem negativa e de desilusão coletiva da sociedade civil brasileira em relação aos integrantes de todos os níveis do Poder Legislativo, inclusive a nível de nosso município; -conscientes de sua responsabilidade perante todas as comunidades, que ao longo da história político-administrativa de Cerro Largo, reiteradamente lhe manifestaram sua confiança; - mesmo sendo minoria na atual legislatura, entendem ser inadiável que esta Casa Legislativa deixe de exercer apenas um papel secundário e coadjuvante na condução dos destinos de nosso município, limitando-se a dizer “sim” ou “não” às propostas do Poder Executivo ou criticar ou defender os atos do Prefeito. A Câmara de Vereadores é um dos dois poderes municipais, independente e autônomo em relação ao Poder Executivo, mas com quem deve atuar harmonicamente. Encontrar e propor soluções para satisfazer as demandas da comunidade não é prerrogativa nem responsabilidade única do Senhor Prefeito. Os membros do Poder Legislativo podem e devem também oferecer suas propostas e alternativas. E é com o intuito de oferecer a essa Casa Legislativa, uma alternativa concreta e realizável, para resgatar o respeito da opinião pública em relação às atividades e atuação dos vereadores, que os integrantes das bancadas do PMDB-PT e PPS, propõe que a Câmara Municipal, como gesto concreto de boa vontade e cooperação, discuta, aprove e edite um Decreto Legislativo nos termos da minuta anexa, fixando para os próximos 4(quatro) exercícios financeiros, em apenas 4%(quatro por cento ) das Receitas Correntes Líquidas, os recursos municipais destinados ao custeio do Poder Legislativo e que em contra-partida, os outros 4% do total de 8%das Receitas Correntes Líquidas a que constitucionalmente tem direito, sejam anualmente acrescentados pelo Poder Executivo aos recursos constitucionais destinados à Secretaria da Saúde e Bem Estar, com vinculação específica para aquisição e/ou construção de imóvel para futura cessão real de uso e funcionamento de um hospital comunitário ou hospital municipal. A presente proposição é perfeitamente viável, uma vez que não afeta em nada o funcionamento normal do Poder Legislativo, pois com apenas 4% das RCL, é mais do que suficiente para o custeio das atuais despesas correntes do Poder Legislativo, como se demonstra:

-Receita Corrente Líquida-previsão 2009.....R\$	16.730.380,00
-8% constitucionais para o Legislativo.....R\$	1.338.430,40
-4% propostos.....R\$	669.215,20
-Estimativa de gastos para 2009.....R\$	593.000,00
-Sobra em relação ao limite de 4%.....R\$	76.215,20

Além da viabilidade financeira acima demonstrada, a aprovação da presente proposição através da edição de um Decreto Legislativo é o caminho jurídico / legislativo mais indicado, para que seja cumprido pelo Poder Executivo, pois que o Decreto Legislativo é de natureza deliberativa com efeitos externos, indicado para consubstanciar deliberações do plenário sobre matéria de interesse geral do Município, ainda que seja matéria de competência do Poder Executivo. O Decreto Legislativo não é Lei, mas tem força de lei, enquanto que as indicações e proposições de vereadores, mesmo aprovadas pelo plenário, o Poder Executivo não tem obrigação legal de cumprir. Atende se quer. Com a “economia” de 4% das Receitas Correntes Líquidas, teríamos em quatro anos, recursos na ordem de R\$ 2.676.860,80, valor significativo para se encaminhar tranqüilamente uma

solução definitiva da questão de um espaço físico adequado para o funcionamento de um hospital comunitário ou público. Ressaltamos que no parágrafo único do projeto, indicamos duas alternativas para resolver a questão de uma sede hospitalar com dinheiro público: -primeira: aquisição amigável de todo ou mesmo parte das instalações do hospital Santo Inácio e sua adaptação às necessidades dos serviços da saúde pública; - ou segunda opção: a construção e ampliação de instalações hospitalares na atual área e adjacências do Posto de Saúde da sede municipal. Entendemos que qualquer uma destas alternativas é economicamente mais viável e principalmente mais benéfica aos usuários e profissionais dos serviços de saúde pela facilidade de acesso e proximidade a outros estabelecimentos na área da saúde, como laboratórios, farmácias e consultórios médicos. Todos sabemos que nem o Governo Federal nem o Estadual, destinam qualquer recurso financeiro para construção hospitais privados, mesmo que filantrópicos; porém, se o Município fizer a sua parte, instituindo e cumprindo o que estamos propondo através deste projeto de Decreto Legislativo, temos fundadas razões, para, com o apoio dos parlamentares vinculados à nossa região, obter a contra partida financeira do Ministério e da Secretaria Estadual da Saúde, para atender tão importante e inadiável carência de nossa comunidade. Como a solução para questão hospitalar de Cerro Largo é preocupação de todos os segmentos da comunidade, sugerimos que o mérito da presente proposição seja objeto de amplo debate, em audiência pública a ser previamente convocada por V.S. Confiando merecer a acolhida da Mesa Diretora e o apoio de todos as demais bancadas desta Casa Legislativa, firmamos respeitosamente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO.** Fixa limite temporário de gastos para o Poder Legislativo e vincula percentual das Receitas Correntes Líquidas para a Secretaria da Saúde. O Ver Presidente no exercício da Presidência do Poder Legislativo de Cerro Largo, estado do Rio Grande do Sul, nos uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara de Vereadores aprovou, sanciona e promulga o presente Decreto Legislativo: Artigo 1º: - Para os exercícios financeiros de 2010 a 2013, as despesas do Poder Legislativo de Cerro Largo, ficam limitadas ao valor correspondente a 4%(quatro por cento) da Receitas Correntes Líquidas do orçamento municipal. Artigo 2º: -Em contra-partida ao limite estabelecido no artigo precedente, o Poder Executivo, ao elaborar a proposta orçamentária dos mesmos exercícios financeiros, além do percentual constitucional de 15%(quinze por cento), incluirá dotação específica no orçamento de gastos da Secretaria da Saúde, no montante correspondente também a 4%(quatro por cento) das Receitas Correntes Líquidas, vinculada a aquisição e/ou construção de imóvel para viabilizar o funcionamento de hospital público ou comunitário. Parágrafo único: A aquisição do imóvel para a finalidade prevista neste artigo, deverá atender prioritariamente o interesse público e o bem estar e fácil acesso dos usuários e profissionais do sistema de saúde pública, que poderá ser alcançado, observado o procedimento legal competente, por uma das seguintes alternativas: a)- aquisição parcial ou total, reforma e ampliação das instalações do Hospital Santo Inácio de Loyola; ou, b)- construção e ampliação das atuais instalações do posto de saúde da sede municipal, com aquisição inclusive de áreas ociosas adjacentes ao imóvel já pertencente ao município. Artigo 3º: O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.”

**VER. PAULO BARCELOS:** “Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras. Inicialmente quero pedir ao Executivo, em nome dos moradores do Bairro Antônio Paulino Moscon para que o mesmo termine o trabalho na ponte que está gerando polêmica e muitas reclamações, das quais recebo em grande maioria. Pois na campanha política fui um defensor da construção da ponte. A conclusão da obra é de muita necessidade, pois o barranco está muito perigoso para os moradores, o que pode causar algum acidente. Espero que o Presidente Artêmio tenha alguma notícia sobre a conclusão da ponte. Com relação a Doutora Andréia que trabalhava no Posto de Saúde do Bairro Brasília, vou repetir o que conversei com ela tempos atrás, ela recebeu uma proposta de

melhor salário em Cândido Godói e pediu demissão, chegando lá a proposta era outra. E agora a Doutora Andréa quer voltar a trabalhar novamente no Posto de Saúde de Cerro Largo. Ela disse também que não teve a oportunidade de trabalhar no hospital. Quero dizer que a Doutora Andréa tem todo o meu apoio para o que for preciso. Também preciso falar que os moradores do Bairro Brasília gostam muito do atendimento da Doutora Cláudia, dizem que ela é muito atenciosa com todos os pacientes. Ainda não tive a oportunidade de conversar com ela. Sobre o Projeto de Lei aprovado hoje sobre o aluguel com o Seminário, é muito alto este valor, mas hoje em dia manda quem pode e obedece quem precisa. E nos precisamos deste local para abrigar a Universidade Federal, e para eles parece que tanto faz o preço é este e pronto. Na reunião passada a Vereadora Loiva comentou sua preocupação sobre cortes de gastos da Administração em relação a Universidade Federal, quero deixar bem claro para toda a população que a Administração Municipal está totalmente empenhada para este assunto e não vai economizar orçamento e muito menos trabalho para realizá-lo. Muito obrigado.”

**VER<sup>a</sup>. LOIVA DA CRUZ:** “Senhor Presidente, Vereadoras, Vereadores, funcionários desta casa, imprensa, lideranças municipais e demais presentes a esta sessão minha saudação. De inicio, quero me manifestar sobre o PSF3, que abrange a área do Parque Municipal de Exposições. Na semana passada, votamos projeto relacionado aos recursos que serão aplicados na execução do PSF. Com relação ao novo PSF, já que não foi esclarecido no projeto, lembro, apenas, aos colegas e à população, que os recursos destinados à sua implantação são recursos federais, do Governo Lula, viabilizados pela ação do Ex-Deputado do PT, ORLANDO DESCONSI (hoje Prefeito de Santa Rosa) e pelos agentes do PT no município. Ainda tratando das conquistas viabilizadas pelo PT em nosso município, noticiao que na terça-feira, dia 16, recebi uma ligação do Gabinete do Deputado Federal MARCO MAIA, referindo que o Projeto de Lei da Universidade Federal – UFFS foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, tendo sido encaminhado para tramitação no Senado Federal, antes da votação final. Tenho que me manifestar novamente sobre o histórico da conquista da Universidade Federal. Parece que algumas pessoas esquecem (aliás, muitas sequer sabem!) como se deu a luta travada para que pudéssemos alcançar essa relevante conquista. Ouço autoridades do Poder Executivo e alguns colegas vereadores falarem com absoluto desconhecimento do longo e penoso caminho percorrido no processo que definiu nosso município como sede de um campus, e, ao que parece, de tudo que representa uma Universidade Federal para Cerro Largo. Lembro que o prefeito Adair falou em São Luiz Gonzaga (por ocasião da votação da sede missioneira campus), que disponibilizaria toda a infra-estrutura e os recursos necessários para que o campus fosse concretizado em Cerro Largo. Agora, na hora de colocar essa palavra em prática, só ouvimos reclamações: que o município não tem recursos, que a Mitra está exigindo muito dinheiro pelo aluguel, que os terrenos são muito caros, que o Governo Federal está jogando tudo nas costas do município, etc, etc. Até a crise mundial serve de desculpa. Aliás, muito inoportuna a manifestação do Secretário de Finanças Norberto Schoffen em entrevista no jornal Gazeta Integração, especialmente quando diz que o “Governo Federal está sobrecarregando o Município” e que como está “botando a Universidade” deveria “dar” tudo pronto. Fiquei seriamente preocupada. Parece que estão encontrando desculpas para um eventual insucesso na concretização do campus de Cerro Largo. Acho que o secretário e o prefeito tem conhecimento (pelo menos deveriam ter) do que representa a universidade para Cerro Largo. Devem saber que a universidade representa a reversão de um processo de estagnação econômica não só de nosso município, mas de toda a região. Também quero lembrar que o Governo Federal irá investir alguns milhões de reais no campus de Cerro Largo. Algo certamente superior ao orçamento anual do município. É o que o DILVO RISTOFF já lembrou em reunião com o comitê municipal. Achar que o Governo Federal deve “dar tudo pronto” É O FIM! Primeiro porque o investimento do município não chega

nem próximo do que o Governo Federal vai investir, e a contribuição do município é mínima em se tratando de uma obra desse porte. Segundo, porque “ganhar tudo pronto” é pensamento pequeno, de quem não quer se mexer. Chegou a hora de agir. Não há espaço para falhas ou amadorismos. Também ouvi (inclusive de colegas) que a Mitra Angelopolitana estava faltando com o povo de Cerro Largo, que o aluguel do Seminário era exagerado, e coisas do tipo, criticando, inclusive, a instituição Igreja Católica. Penso que esse não seja o caminho, até porque tal atitude manifesta, ao mesmo tempo, um absoluto desconhecimento sobre o processo de conquista da universidade, assim como um tanto de ingratidão. Lembro que na reunião em Concórdia (quando foi feita a votação de quais regiões do RS receberiam campus da universidade) disputavam, a região de Vacaria, de Ijuí e a região das Missões. Na oportunidade o Bispo da Diocese de Vacaria DOM ORLANDO DOTTI abriu mão da disputa em favor de nossa região, pela importância das missões no contexto histórico do desenvolvimento de nosso Estado e da própria Igreja Católica. Da mesma forma, a Via-Campesina (tão criticada pelos colegas) da região de Ijuí, se manifestou em favor de DOM ORLANDO DOTTI, viabilizando a conquista de um campus para as missões. Tudo isso não pode ser esquecido e o que está sendo exigido do município é o mínimo em se tratando de um investimento de milhões de reais e com a importância de uma universidade federal. Com relação à saúde, e diante da presença do Secretário Ranieri Tonim em nossa reunião, também não poderia deixar de levantar uma dúvida que não é só minha, mas de toda a comunidade: como anda o projeto do Hospital? Lembro que num tempo não muito distante era só o que se ouvia da boca do prefeito e sua base aliada e que agora parece ter caído no esquecimento. Afinal, Prefeito e Secretário da Saúde: **QUANDO COMEÇARÃO AS OBRAS DO HOSPITAL DE CERRO LARGO?** Por fim, gostaria de chamar, mais uma vez, atenção sobre as péssimas condições em que se encontram as estradas do interior do nosso município, em especial da minha comunidade da Vila São Francisco. Peço que sejam tomadas providências pela administração. Agradeço a atenção de todos e até a próxima reunião.”

**VER. TARSO WEBER:** “Senhor presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores. Primeiro dizer que nesta terça-feira, atendendo ao convite da direção e professores da Escola Estadual Otto Flach – Ciep - estarei palestrando aos alunos do turno da manhã sobre a importância da leitura e da escrita. Não tenho uma verve apurada para ser palestrante, mas vou tentar passar um pouco do que aprendi nesta vida, como leitor, como escritor e como jornalista, defendendo sempre que a leitura é fonte inesgotável de conhecimento e preparação para a vida, dentro e fora da escola. Também dizer que nesta terça-feira, o plenário da Assembléia Legislativa deve votar o Projeto de Lei Complementar 315, que trata do Plano de Carreira dos servidores penitenciários do Rio Grande do Sul. E hoje mantivemos contato com a Bancada do PPS na Assembléia Legislativa, pedindo pela aprovação do projeto, assim como esta Casa já fez anteriormente, enviando correspondência aos deputados estaduais pedindo pelo voto favorável ao projeto e às suas emendas. A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, da qual faz parte o deputado Carlos Gomes do PPS, está reunida desde o final da tarde de hoje para buscar um consenso e levar o Projeto de Lei Complementar à votação nesta terça-feira. Segundo Carlos Gomes, existe grandes possibilidades da aprovação do referido projeto e assim esperamos. Senhor presidente, gostaria da manifestação favorável da presidência e do plenário desta Casa, em parceria com o Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Agricultura, a fim de que possamos articular uma palestra aos agricultores de Cerro Largo, tratando de uma cultura resistente à seca e de grande valor nutricional, em especial para o rebanho leiteiro, o sorgo sacarino. Lendo uma reportagem no jornal Folha do Noroeste, de Frederico Westphalen, no último sábado, tomei conhecimento do sorgo sacarino, também conhecida como “planta camelo”, justamente por ser muito resistente aos períodos de estiagem, que nos últimos anos vem castigando nossos agricultores, empobrecendo o

campo e enfraquecendo a economia do município. O sorgo sacarino, originário do Sudão, na África, está sendo produzido em São Vicente do Sul. As principais características da planta são a sua resistência à seca e a composição química: tem muito mais amido e proteína e menos lipídio, quando comparada ao milho e à soja. O sorgo está sendo produzido em uma área de 130 hectares, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – de Pelotas e de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais. A proposta é difundir a cultura no país como uma opção de alimento para os animais em época de estiagem e também como alternativa para produzir álcool combustível e cachaça, no período de janeiro a abril, na entressafra da cana-de-açúcar. O sorgo sacarino está sendo apontado pelos técnicos como uma nova opção na lavoura por ter diferenciais considerados essenciais na agricultura: como já dissemos é mais resistente à seca do que a cana-de-açúcar e outras plantas, como o milho; para se desenvolver, precisa de um terço da água consumida pela cana; tem boa produtividade, mesmo em período de estiagem e, inclusive ao excesso de chuva; é menos suscetível às pragas, como a lagarta-do-cartucho; o sorgo pode ser plantado de setembro a janeiro, com um ciclo que gira em torno de 130 dias, enquanto a cana-de-açúcar é de pelo menos um ano. Segundo os técnicos, se plantado em setembro, o sorgo pode ser cortados no início de janeiro, permitindo o rebrote para nova colheita, ou seja, a cultura permite duas safras por ano, o que significa um acréscimo importante na renda do produtor. A produção é de 60 a 70 toneladas de massa verde e de 1,5 toneladas de grãos por hectare. Por tudo isso, senhor presidente, senhores vereadores, esta planta é de fundamental importância, especialmente para os agricultores de Cerro Largo, onde a produção leiteira representa a principal fonte de renda das propriedades rurais. Alguns há de pensar que não temos tradição na cultura da cana-de-açúcar o que inviabilizaria a cultura, no entanto, quem planta sorgo sacarino não precisa se preocupar com a alimentação do gado leiteiro em períodos de longa estiagem, como os registrados neste ano, quando faltou alimentação para o gado e, como consequência, redução na produção leiteira e, obviamente, queda no rendimento da propriedade rural. Vou mais além, senhor presidente, senhores vereadores, com vinda a Cerro Largo de um técnico para abordar o assunto, ainda teremos a possibilidade atrairmos novos investimentos para o município, já que há uma usina de etanol em São Vicente e que pode – claro que depende de conversações – se estender até Cerro Largo. Pois o sorgo sacarino, também pode ser usado para a produção de álcool hidratado (para veículos) e de cachaça. Segundo o engenheiro proprietário da Usina em São Vicente. A produtividade é de três mil litros por hectare e pode ser operada por apenas dois trabalhadores. Além do gado, ovelhas e porcos podem ser alimentados com o bagaço do sorgo sacarino. Como vemos senhores, em qualquer situação, a cultura é um bom investimento, especialmente para grupos de pequenos agricultores. Então, cabe ao agricultor avaliar. Mas para isso, senhores vereadores, precisamos de boa vontade política do Executivo, em especial da Secretaria Municipal da Agricultura, para que traga técnicos para abordar o assunto e quem sabe, trazer para Cerro Largo uma boa alternativa para os nossos agricultores. Coloco-me à disposição para fazer os contatos e oferecer esta palestra no município. Por fim, lembrar mais uma vez que no próximo dia 11 de julho, teremos a primeira edição do Feirão de Carros e Motos, novos e seminovos no Parque da Expocel, com início às 10 horas. Dizer que haverá atrações durante o dia, entre elas, show de willing - acrobacia com motos - a cargo do grupo Arte & Equilíbrio, com patrocínio de empresas locais. Comunicar que recebi correspondência do deputado estadual Marco Peixoto, em resposta à moção deste vereador, dizendo que está empenhado para a destinação de uma viatura para a Polícia Civil de Cerro Largo. Destacar a sanção do prefeito Adair Trott ao Projeto de Lei Legislativa proposta por este vereador que cria o Conselho Municipal de Trânsito, o Comtran. Senhores vereadores, o projeto para instalação do Aterro Sanitário da Linha Primeira, nos traz informações importantes e que podem ajudar a sensibilizar o prefeito

municipal. Segundo números da própria prefeitura – não é este vereador que está afirmando é a própria prefeitura -, 25% do lixo coletado mensalmente em Cerro Largo e despejado no lixão do Morro dos Conventos é plástico, na maioria sacolas plásticas, perdendo apenas para o lixo orgânico que representa 31% do lixo coletado. Ora se calcularmos que todo mês são despejados 48 toneladas de lixo seco no lixão, isso quer dizer que 12 toneladas são de sacolas plásticas, número que por si só justifica a sanção do projeto de lei que proíbe a distribuição de sacolas plásticas em Cerro Largo e que dorme em alguma gaveta do Executivo. Dizer ainda, senhores vereadores, conforme eu havia adiantado na sessão anterior, que votei favorável ao projeto do Executivo que prevê o pagamento de R\$ 11 mil mensais de aluguel ao Seminário para a universidade federal, mas reitero meu protesto: o valor é um absurdo. Repito: voto sempre de acordo com a minha consciência, sem levar em conta bandeira partidária ou vaidades religiosas. Por fim, dizer que a proposição apresentada nesta Casa hoje, pelas bancadas do PMDB, PT e PPS e que busca reter parte do orçamento da Câmara, dá um novo rumo, chama o Executivo, o Legislativo e a comunidade para a discussão sobre a questão hospitalar de Cerro Largo. A questão legal e o percentual, nós iremos discutir. Mas a proposta de reter 4% do orçamento desta Casa e destinar o valor para a instalação de um hospital comunitário em Cerro Largo, ajuda até mesmo o seu governo, senhor presidente, a cumprir uma promessa propalada durante a campanha eleitoral, de construir um hospital em Cerro Largo. Para finalizar, senhor presidente, senhores vereadores, gostaria de fazer uma proposição verbal para que convidemos o presidente da Unimed Santo Ângelo para que venha até esta Casa e esclareça a informação do secretário da Saúde Ranieri Tonin de que as consultas especializadas através do convênio do Cismissões foram desvinculadas do município sob a alegação de que as consultas estariam sendo cobradas dos beneficiários. A situação nos é estranha. Se dos municípios da AMM somente Cerro Largo foi desvinculado, alguma coisa há. Então que o presidente da Unimed venha até esta Casa e justifique o rompimento e prove que houve cobrança irregular do município para a concessão de consultas especializadas.”

**VER. PEDRO BUTZEN:** “Senhor Presidente, nobres colegas e estimado público que nos assiste nesta noite. Em primeiro lugar quero falar sobre o encontro que aconteceu nesta Casa, na última sexta-feira da Comissão Pró-3ª Idade da Associação dos Clubes organizados da 3ª Idade da Regional 1 e 6, da qual a Vereadora Madalena e eu fizemos parte. Na oportunidade compareceram o Presidente da Regional 1 e o Presidente da Regional 6, Senhor Arlindo Spies, também o Vereador/Presidente da Comissão Rogério Rohleder e o Coordenador da Comissão, Senhor Renato Scherer e os Vereadores dos doze municípios que integram a Comissão Pró-3ª Idade. Neste encontro foram abordados vários temas: 1º) Como auxiliar os grupos e clubes da 3ª Idade e idosos em geral, principalmente no que tange a legislação; 2) Sugerir e discutir com o Poder Executivo Municipal, Projetos de Lei que vão ao encontro dos interesses dos grupos, clubes da 3ª Idade e idosos do município. Enfim, encaminhar também para o Poder Legislativo Municipal Projetos de Lei que vão ao encontro dos interesses dos grupos da 3ª Idade entre muitos outros temas abordados. Foi discutido de pôr em prática o Estatuto do Idoso, porque muitas vezes o idoso não é tratado com respeito como a Lei exige. Sobre a Lei de preservação ambiental, na semana passada foi aprovado um Decreto Legislativo pela Comissão de Agricultura que derrubou o prazo de 11 de dezembro como data limite para a averbação de 20% de reserva legal nas propriedades rurais. Os Deputados ruralistas estão tentando ganhar tempo para que este projeto seja revisto pelo Governo Federal. Os Deputados que defendem a Agricultura até sugerem um plebiscito para que seja resolvido este problema. Valeu a pena o resultado, a pressão que todos nós Vereadores fizemos, junto aos nossos Deputados em Brasília. Outra boa notícia vem da Administração Municipal, pois todos os funcionários municipais receberam 50% do 13ª salário com um

mês de antecedência. Parabéns a Administração por esta iniciativa. É como diz realmente o slogan: “Cada vez melhor”. Muito obrigado.”

**O Ver. Artêmio Winter passou a Presidência do Legislativo para o Vice-Presidente da Mesa, Sr. Protásio Pedro Butzen, para fazer uso da palavra na qualidade de Vereador, conforme exige o Regimento Interno da Casa.**

**VER. ARTÊMIO WINTER:** “Cumprimentando a todos o Edil inicia seu pronunciamento. Sobre o pedido do colega Paulo Barcelos, a respeito da ponte da Paulino Moscon, relata que semana passada o Executivo Municipal recebeu autorização da Caixa Econômica Federal para liberação da ponte. Nesta semana já estão encaminhadas providências para se fazer o aterro próximo a ponte. Posso afirmar que os tubos que serão colocados nas cabeceiras da ponte já estão na garagem da prefeitura, para o escoamento da água evitando, assim, alagamento nas casas vizinhas a ponte. Sobre as estradas do interior, referidas pela Vereadora Loiva, coloca que há uma preocupação por parte de todos os vereadores e também do Executivo Municipal. O que sabemos é que o Prefeito Municipal, em reunião com os Secretários Municipais, resolveu que após os trabalhos na ponte da Paulino Moscon, serão iniciados os trabalhos de máquinas o interior, principalmente nos pontos mais críticos das estradas. Afirmo que, com a contratação de um trator esteira para soltar material necessário para a melhoria das estradas já está disponível. Posso dizer ao vereador Paulo Kipper que não há choro por parte da Administração Municipal. O orçamento do município está bastante enxuto e quem mais sofre com isso é a Secretaria de Obras, pois os gastos neste setor são de maior vulto, e quem acaba prejudicado é o povo de nosso município. Certamente a Administração Municipal está buscando resolver os problemas que temos pela frente e que são de sua alçada. O Prefeito Municipal alertou que a partir do próximo mês as máquinas serão deslocadas para o interior, embora seja difícil fazer um trabalho continuado, pois os munícipes sempre requisitam algum trabalho de máquina para suas propriedades, pois não temos uma empresa terceirizada em nossa cidade que possa realizar estes serviços. Certamente os moradores da zona urbana irão reclamar a falta do maquinário quando este estiver sendo usado para a melhoria das estradas do interior.”

**Reassumindo a Presidência o Vereador Artêmio Winter, convocou os Senhores Vereadores para a próxima Reunião Ordinária, a realizar-se dia 06 de julho de 2009, às 19 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Largo, RS.**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Gabinete da Presidência - Cerro Largo – RS

---

Artêmio Winter  
Presidente

---

Nádia Lenz  
Secretária Executiva

Obs.: Este Expediente contém 09 (nove) páginas.

---

Íntegra do Projeto de Lei nº 040/2009



Estado do Rio Grande do Sul

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO**

Rua Coronel Jorge Frantz, 675 - Fone (55) 3359-1905 Fax(55) 3359-2006 - CEP 97900-000

Projeto de Lei nº. **040/2009**.

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL nº. 1.809/2004  
– REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

.... *preâmbulo legal* ....

Artigo 1º. O artigo 211 da Lei Municipal nº. 1.809/2004 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município) passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 211 - Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por cento e oitenta dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.**

**§ 1º - A licença deverá ter início entre o primeiro dia do nono mês de gestação e a data do parto, salvo antecipação por prescrição médica.**

**§ 2º - No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.**

Artigo 2º. O artigo 214 da Lei Municipal nº. 1.809/2004 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município) passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 214 - No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias.**

Artigo 3º. O artigo 215 da Lei Municipal nº. 1.809/2004 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município) passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 215 - No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano de idade até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 90 (noventa) dias.**

Artigo 4º. O artigo 216 da Lei Municipal nº. 1.809/2004 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município) passa a vigor com a seguinte redação:

**Art. 216 - No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos de idade até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 45 (quarenta e cinco) dias.**

Artigo 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cerro Largo, RS, aos...

**ADAIR JOSÉ TROTT**  
Prefeito Municipal